

Dívida dos Estados: PMDB já tem projeto.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, assinou ontem, em nome do partido, projeto de lei que autoriza o refinanciamento, pelo Banco do Brasil, do total da dívida externa dos Estados vencida até 31 de dezembro de 88 e de 90% da dívida a vencer em 89. É a primeira consequência da reunião do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, anteontem, com os quinze governadores filiados ao partido que foram a Brasília exigir que o Orçamento Geral da União para 89, que está no Congresso, seja alterado na parte referente à amortização da dívida externa dos Estados. De acordo com o orçamento, os Estados e os municípios terão de pagar, no próximo ano, 25% de todo o estoque de suas dívidas roladas pela União nos últimos cinco anos.

O deputado Ibsen Pinheiro, que integra a comitiva do presidente José Sarney na visita a Moscou, explicou que o PMDB optou pelo projeto de lei em função de incertezas a respeito da eficácia da alternativa sugerida por Ulysses Guimarães, o projeto de resolução do Senado. Ao contrário do projeto de lei, o projeto de resolução não necessitaria de sanção do presidente da República para entrar em vigor. Ibsen Pinheiro, momentos antes de embarcar para Moscou, ontem à tarde, procurou retificar a disputa entre os governadores do PMDB e o governo federal qualquer caráter de confronto. "Um entendimento é possível e será alcançado", disse o deputado. No entanto, Pinheiro desconhece de que rubricas do orçamento poderia ser retirado o dinheiro para compensar a rolagem das dívidas dos Estados.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento e Finanças do Congresso, deputado Cid Carvalho (PMDB-BA), que participou quinta-feira do encontro de Ulysses com os governadores não endossou a proposta de rolagem de 90% das dívidas estaduais. Ele disse ontem que gostaria de discutir uma solução intermediária no âmbito da comissão.

Em Belo Horizonte, o governador de Minas, Newton Cardoso, disse ontem que já recebeu "uma sinalização do Palácio do Planalto" indicando que a reivindicação de rolagem da dívida dos Estados será aceita pelo governo federal. "Mais uma vez ganhamos uma batalha", disse ele.

Para o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, vai depender da Comissão de Orçamento e Finanças do Congresso modificar ou manter o esquema de rolagem da dívida dos Estados previsto no orçamento de 89.

JORNAL DA TARDE

15 OUT 1988